UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MAYARA CAROLINE FERREIRA MESQUITA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO SEXUAL:
Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais e do currículo do curso de
Pedagogia da UEM**

MARINGÁ

2012

MAYARA CAROLINE FERREIRA MESQUITA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO SEXUAL:
Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais e do currículo do curso de
Pedagogia da UEM**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Aline Frollini Lunardelli Lara

MARINGÁ

2012

MAYARA CAROLINE FERREIRA MESQUITA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO SEXUAL:
Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais e do currículo do curso de
Pedagogia da UEM**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 12/11/12.

Ms.: Aline Frollini Lunardelli Lara (UEM)

Dra.: Eliane Rose Maio (UEM)

Dra.: Ivana Veraldo (UEM)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me proporcionar a vida e a oportunidade de sempre seguir em frente e vencer todos os obstáculos que a caminhada da vida nos oferece.

À minha família inteira, pais, irmãs, avós, tios e tias, madrinhas e ao meu padrinho por acreditarem na minha vitória.

À minha mãe Márcia, que agradeço em especial, por sempre acreditar em mim, incentivando a nunca desistir com seu amor inexplicável de ser mãe.

Ao meu pai Reginaldo, por me apoiar e tomar banhos de chuva, para que eu pudesse ter o conforto de ir de carro para a faculdade.

Às minhas irmãs Taynara e Ana Flávia, que sem muito entender o que é a graduação, sempre me proporcionaram momentos felizes.

Ao meu avô Antonio, que sempre vai me olhar como uma criança que sai de casa para ir à escola e não à faculdade. À minha avó Ester que não está mais presente entre nós, mas sei que sempre torceu por mim e sempre esteve comigo em minha caminhada.

À minha orientadora professora Aline Frollini Lunardelli Lara que dedicou seu tempo para que eu pudesse concluir minha graduação, ajudando nas pesquisas, corrigindo e dando sugestões para o término do trabalho.

À professora Eliane Rose Maio que por meio do seu carisma e amor pelo que faz, me fez querer estudar o tema da Educação Sexual.

À todos os meus professores que contribuíram com a minha formação durante esses quatro anos de graduação.

Aos meus amigos e amigas que, de forma direta ou indireta, sempre incentivaram e acreditaram em meu trabalho. É impossível destacar todos.

Agradeço a todos de coração e um sincero “muito obrigada”.

Amo a todos!

“É sobre-humano amar
'cê sabe muito bem.
É sobre-humano amar, sentir, doer,
Gozar...
Ser feliz!
(...).
É sobre-humano viver,
E como não seria?
(...)
A vida leva e traz,
A vida faz e refaz...
Será que quer achar,
Sua expressão mais simples”.

(Mais Simples – José Miguel Wisnik)

Resumo

Este trabalho aborda especificamente as relações entre a formação de professores e a educação sexual, tema que permeia as atividades nas escolas tanto do professor, orientador, supervisor ou diretor, englobando todos os campos de atuação do pedagogo. Considerando que a formação realizada nos cursos de Pedagogia é a primeira etapa do processo formativo desse profissional, esta pesquisa tem como objetivo analisar a formação de professores no que se refere à Educação Sexual. A investigação se fundamentou nos estudos de Foucault sobre a sexualidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, de análise documental, pois foram examinados o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, estabelecidas em 2006. Os dados encontrados nos currículos e nas Diretrizes revelam que os cursos de Pedagogia estão desqualificados para trabalhar a Educação Sexual, seja ela em espaços escolares e não escolares. Conclui-se que os cursos de formação de professores devem ser revistos, incluindo disciplinas específicas para trabalhar não somente a cientificidade da Educação Sexual, mas os seus preconceitos, tabus e dúvidas existentes na sociedade.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação Sexual. Currículo. Formação de professores.

Abstract

This work specifically addresses the relationship between teacher education and sex education, a theme that permeates the activities of the school teacher, counselor, supervisor or director, encompassing all fields of work of teachers. Whereas training courses held in Pedagogy is the first stage of the formation process of a teacher, this research aims to analyze the training of teachers in relation to sexual education. The research was based on studies of Foucault on sexuality. This is qualitative research, document analysis, were examined for the curriculum of the Faculty of Education at the State University of Maringá-PR (EMU) and the National Curriculum Guidelines for the Faculty of Education, and established in 2006. The data found in curricula and Guidelines reveal that Pedagogy courses are unqualified to work on Sex Education, be it in school and non-school. We conclude that the teacher training courses should be reviewed, including specific disciplines to work not only the scientific Sexual Education, but their prejudices, taboos and doubts that exist in society.

Keywords: Pedagogy. Sex Education. Curriculum. Teacher training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 UM BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA	16
3 CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA O ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	22
3.1 O estudo da sexualidade com base em Foucault	22
4 METODOLOGIA	28
4.1 Caracterização da Pesquisa	28
4.2 Procedimentos de Coleta de Dados	29
4.3 Procedimentos de Análises de Dados	30
5 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM E NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN).....	31
5.1 Análise das disciplinas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – UEM	31
5.2 Análise das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia	34
5.3 Relação entre o conteúdo expresso nas DCN e as disciplinas do curso de Pedagogia da UEM	38
5.4 A educação sexual e a formação de professores	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
7 REFERÊNCIAS.....	42
8 ANEXO	45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda especificamente as relações entre a formação de professores e a educação sexual, tema que permeia o trabalho nas escolas tanto do professor, orientador, supervisor ou diretor, englobando todos os campos de atuação do pedagogo. Por isso, temos como objetivo analisar a formação de professores no que se refere à Educação Sexual, a partir dos currículos dos cursos de Pedagogia oferecidos na cidade de Maringá-PR.

Os atuais cursos de Pedagogia têm por finalidade preparar os acadêmicos para atuarem em ambientes escolares e não escolares. A formação do pedagogo envolve temáticas variadas como o analfabetismo, evasão escolar, violência, educação inclusiva, *bullyng*, educação sexual, dentre outras. No que se refere especificamente à sexualidade, apenas no quinto artigo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia de 2006, décimo inciso, o assunto é citado:

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (CNE, 2006, p. 2).

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio publicadas no Diário Oficial (2012) determinam a inclusão de Orientação Sexual, Identidade de Gênero, bem como os temas do programa Saúde e Prevenção nas Escolas e em seus projetos político-pedagógicos:

Art. 16. O projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar:

V – comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade;

X – atividades sociais que estimulem o convívio humano;

XIV – reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira;

XV – valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas;

XIX – atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas (DCN, 2012, p. 6-7).

Podemos observar que, segundo as leis, a temática da Educação Sexual está começando a ser inserida nas escolas, mas ao observar o campo escolar, por meio dos estágios, verifica-se que essa inclusão não é bem sucedida, devido a vários aspectos, dentre os quais se destaca o despreparo do corpo docente.

Considerando que a formação realizada nos cursos de Pedagogia é a primeira etapa do processo formativo desse profissional, esta pesquisa analisou o currículo de um curso de Pedagogia oferecido na cidade de Maringá-PR, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). O curso é ofertado no período matutino e noturno, com duração mínima de quatro anos e máxima de oito anos.

Para falar da Educação Sexual, Louro (2010) explica que a sexualidade era um assunto privado, que deveria ser tratado apenas com alguém muito íntimo e de forma reservada. O sexo parecia não ter uma dimensão social, era um assunto particular e pessoal. A autora considera que todas as transformações afetam as formas de viver e construir identidades de gênero e sexuais. Precisamos compreender que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política, e é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

É nesse processo que a escola tem uma tarefa bastante difícil e importante. Louro (2010) considera que é necessário incentivar a sexualidade normal e, de outro lado, contê-la. Ela nos indaga a pensar que é preciso manter a “inocência” das crianças e dos adolescentes, se possível, ainda que isso implique o silenciamento e a negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias, as práticas sexuais.

Maio (2012) diz que a escola tem por função social a transmissão da aprendizagem formal, científica e organizada historicamente, mas ainda apresenta inúmeras dificuldades em trabalhar a temática da sexualidade, em todos os aspectos. É um espaço reservado e privilegiado para apresentação de saberes universais e também lócus de particularidade e parcialidade de manifestações culturais de grupos específicos.

[...] na escola ocorrem cotidianamente e em todos os níveis educativos, cenas, eventos, palavras, gestos etc. referentes à sexualidade, é incontestável. Observamos que a comunidade educativa, como pais/mães, professores/as, direção, equipe pedagógica, administrativa e funcionários/as provocam, voluntária ou

involuntariamente, marcas nos corpos dos/as alunos/as, principalmente em cenas relativas à expressão sexual (MAIO, 2012, p. 212).

Ao tratar do tema Educação Sexual consideramos a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus tem se intensificado a partir da década de 70, por ser considerada importante na formação global do indivíduo:

[...] a sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural (BRASIL, 1998, p.81).

O tema sexualidade está presente no dia-a-dia das escolas, dos alunos, dos professores, das famílias. É um assunto que ultrapassa fronteiras disciplinares e de **gêneros**. É atualmente vista como um problema de saúde pública, sendo a escola local privilegiado de implementação de políticas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. A Educação Sexual foi constituída, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1998, em tema transversal, ou seja, como um assunto ministrado no interior das várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas. Ela pode ser discutida nas aulas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. A escola é uma das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade.

Foi somente no final da década de 1990, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que a Educação Sexual passou a entrar em vigor nas escolas. Por ser um assunto relativamente novo, tradicionalmente vinculado apenas aos aspectos biológico-reprodutivos, e carregada de preconceitos, os professores, em geral, sentem-se despreparados para trabalhar

com os alunos a Educação Sexual, ao invés de assuntos que se restrinjam apenas ao sexo e à reprodução. Os educadores, em sua maioria, continuam tratando o assunto apenas nos aspectos biológicos ou, no máximo, convidam um palestrante médico para isso. Esse despreparo para trabalhar com as questões da sexualidade na escola, apresentado pelos professores, pode ter origem na educação familiar e escolar desde a infância e, também, na sua formação acadêmica inicial em que há pouca discussão sobre essa temática. Entretanto, mesmo sem ter preparo para trabalhar com a sexualidade, alguns professores já estão abordando este tema em suas disciplinas.

Britzman (2010) discute a relação entre curiosidade, liberdade e sexualidade. Existe uma liberdade para os professores trabalhar sexualidade, explorar novas ideias, mas existem também muitos obstáculos nas mentes dos educadores, nas escolas, que acabam impedindo o trabalho da sexualidade na educação. O maior obstáculo ao falar sobre sexo é que se torna difícil saber quando estamos falando do sexo, da sexualidade, da educação sexual ou das práticas sexuais.

A sexualidade não segue as regras fixas, ela está sempre em movimento. E quando inserida no contexto didático, isto é, na educação, torna-se dessexualizada, uma linguagem explicativa. Mas quando colocada no currículo, seja ele escolar ou universitário, não sabemos separar seus objetivos e suas fantasias das considerações históricas de ansiedades, isto é, do medo em não saber o que os estudantes podem perguntar, e que pode se desenvolver em uma luta de poder entre conhecimento dos estudantes e o conhecimento do professor.

E o que pode ser dito exatamente sobre o sexo?

[...] são suas instáveis qualidades o que têm feito com que os educadores continuem tão dispostos a argumentar a favor e contra o sexo, a vincular o construto do sexo apropriado ao construto da idade apropriada, e a se preocupar sobre qual conhecimento existe em quais corpos e, quais circunstâncias? São suas instáveis qualidades o que tem feito com que muitos educadores se preocupem em saber se a educação sexual causa atividade sexual, em saber se as discussões sobre a homossexualidade são o primeiro passo no recrutamento da sexualidade? A educação causa o sexo? Por que os educadores têm sido tão persistentes em sua busca pela origem da sexualidade? (BRITZMAN, 2010, p. 94).

Figueró (2009) declara que para trabalhar a Educação Sexual é necessário ter clareza sobre o significado do sexo e da sexualidade. O primeiro está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, necessidade essa que todo ser humano traz consigo desde que nasce. Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a

afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo do bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade.

A autora defende ainda que para um educador ter êxito nas aplicações das estratégias de ensino, necessita passar por reflexão pessoal sobre o tema e também por revisão dos próprios valores, dos próprios sentimentos, possíveis tabus e preconceitos existentes a esse respeito. Pois não basta ensinar, é preciso viver e reaprender, constantemente, o respeito à diversidade e para dar conta disto faz-se necessário acompanhar a dinâmica que vem se processando no campo da diversidade sexual.

Altmann (2001), ao tratar do tema Educação Sexual, tem como objetivo analisar o dispositivo da sexualidade nos PCN, buscando identificar a concepção de sexualidade ali presente, a singularidade histórica desta proposta e seus possíveis efeitos na escola e, mais especificamente na Educação Física. Segundo a autora, a escola é vista como um método contraceptivo para adolescentes, um meio de comunicação para evitar a gravidez e DST. É um lugar apropriado para orientar, educar e instruir as crianças e adolescentes a respeito da sexualidade. E como já foi dito, a Orientação Sexual segundo consta nos PCN (BRASIL, 1998), deve chegar a todos nas disciplinas escolares. Mas, certamente, a escola não é só isso, é o espaço de ensino e aprendizagem, onde devem acontecer mediações sobre a sexualidade de maneira mais ampla.

Para Altmann (2001), a sexualidade é uma via de acesso tanto a aspectos privados, quanto públicos. Ela suscita mecanismos heterogêneos de controle que se complementam, instituindo o indivíduo e a população como objetos de poder e saber, portanto, a sexualidade funciona transcendendo as disciplinas curriculares, formando indivíduos em seu caráter social, religioso, médico e pedagógico.

A autora afirma que quando se coloca o sexo em discurso, parece haver um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, o qual se exerce não tanto através de proibições e punições, mas através de mecanismos, metodologias e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. De formas diversas, meninos e meninas também exercem formas de controle uns sobre os outros, bem como escapam e resistem a este poder. O dispositivo da sexualidade perpassa espaços escolares, instaura regras e normas, estabelece mudanças no modo pelo qual os indivíduos dão sentidos e valor à sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e sonhos.

Carvalho (2009) também analisa a sexualidade com um olhar crítico. Busca direcionar seus estudos como professora e mulher, para marcar o seu gênero. De acordo com a autora, a sexualidade enfrenta vários obstáculos em nossa sociedade. Esta tendência de

explicar fenômenos humanos em termos biológicos é muito forte quando falamos de sexualidade e define, muitas vezes, nossos entendimentos acerca das categorias como corpo, sexo, gênero e papéis sexuais.

O alerta não é para dizer que o insucesso da Educação Sexual, na escola, deve-se a professores/professoras, seja qual for a origem de suas formações. Mas vale lembrar que essa tendência é enraizada historicamente e está direcionada por uma forma de saber desenvolvida graças ao conhecimento médico, ou seja, o discurso sobre sexualidade, na escola, respalda-se no discurso médico científico. As metodologias orientadas pelo discurso médico-biológico, (re) produzidas na anatomia da reprodução humana, cumprem, portanto, a função de reger a sexualidade, através de conceitos, explicações e modos de disciplinarização presentes na organização curricular.

Britzman (2010), ao falar da organização curricular, cita que os esforços pedagógicos poderiam deixar de utilizar o saber para controlar identidades específicas e ser mais incansáveis na sua perversidade, isto é, a pedagogia poderia começar com o pressuposto de que as identidades são feitas e não recebidas e o trabalho do currículo consistiria em incitar identificações e críticas. Desse modo, entendemos que a identidade da criança começa a formar-se desde que ela nasce, portanto a sexualidade está presente no momento que nascemos até quando morremos, e não existe uma idade nem tempo certo para começarmos a trabalhar com a sexualidade.

Para que não fiquemos sempre na “paixão pela ignorância”, conforme afirmação da autora, o que se deve ensinar na educação sexual? Qual a idade certa para iniciar a educação sexual? O que os alunos poderão perguntar sobre sexualidade? O que vamos responder? Para melhorar esse currículo, de acordo com a autora, “nos tempos de AIDS”, precisamos de esforços curriculares continuados, que comecem com pressupostos antirracistas, antissexistas e anti-homofóbicos.

Estou propondo um currículo que possa recusar os fundamentos do eugenismo e da higiene social, um esforço que possa chegar a sua própria relevância social. Analisar como sexo pode ser encaixado no currículo e como pode possibilitar todo o empreendimento disciplinar da educação (BRITZMAN, 2010, p. 108).

Para trabalhar com essas questões o professor deve ser formado pela graduação ou ter o magistério completo, para que possa atuar no ensino básico. Precisa saber que irá educar o seu aluno sobre sexualidade e não apenas informar. A informação sobre sexualidade está em

livros, propagandas de televisão, folhetos, *outdoors*, entre outros. A passagem de informação é muito importante, mas não é um processo educativo. Segundo Vitiello (2000), informar é uma atividade de ensino, de instrução, e não de educação. Já a orientação implica um ensino mais elaborado, no qual o orientador baseia-se no seu conhecimento e experiência. Educar significa formar, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente.

Nesta pesquisa, consideramos que merecem melhor análise algumas questões: Como se dá a orientação a respeito da Educação Sexual na formação de professores? Como está organizado o currículo do curso de Pedagogia da UEM? Existem disciplinas nos currículos dos cursos de Pedagogia que tratem de assuntos voltados à sexualidade? Como elas se estruturam?

Nessa direção, Figueró (2004, p. 38 *apud* MAIO 2012, p. 216) afirma que a orientação sexual escolar ainda ocupa uma:

Posição marginal na qual esteve e ainda está colocada a educação sexual, e tem sido caracterizada por diversas formas: 1) Não é considerada uma questão prioritária na educação escolar; 2) Não é colocada em prática na maioria das escolas brasileiras; 3) É praticada em um número restrito de escolas, por iniciativa de alguns professores isoladamente; 4) É praticada em algumas escolas de rede pública, por iniciativa, principalmente, de órgãos oficiais da educação ou da saúde, as quais, depois de um pequeno número de anos, interrompem o apoio efetivo; 5) É criticada por uma parcela pequena, porém efetivamente significativa de professores e elementos da comunidade como um trabalho não da escola, mas da família.

Trabalhar a Educação Sexual com as crianças é um processo que ainda está em luta dentro do ambiente escolar, pois muitas questões precisam ser resolvidas, começando pela formação dos professores que vão trabalhar com essa temática e, conseqüentemente, terão que lidar com dúvidas, perguntas, brincadeiras, preconceitos etc. A formação desse professor deve começar na graduação, apresentando subsídios ao licenciando, como matérias na grade curricular. Assim, Maio (2012, p. 218) “ênfatiza que trabalhar com a sexualidade no ambiente escolar ainda sinaliza um longo caminho. É preciso muito para que a Orientação Sexual escolar se faça presente enquanto um projeto pedagógico coerente e adequado”.

Essa pesquisa nasceu a partir do momento que assisti a uma palestra com a professora doutora Eliane Rose Maio, em um ciclo de palestras sobre Gênero Sexual, na qual ela explicava e divulgava seu livro *O Nome da Coisa*. A partir dessa palestra, o interesse sobre a temática foi aumentando e, conseqüentemente, uma indignação em saber que se não fizemos

cursos de extensão ou projetos extracurriculares, não teremos formação específica sobre educação sexual oferecida pelo curso de Pedagogia da UEM.

Maio (2012) diz que a escola tem por função social a transmissão da aprendizagem formal, científica e organizada historicamente. As crianças do ensino fundamental passam a maior tempo dentro no espaço escolar, umas no período integral, outras em meio período. Portanto, na escola as crianças criam vínculos com todos os profissionais e, conseqüentemente, sentem-se no direito de tirar as suas dúvidas sobre diferentes assuntos, incluindo as questões próprias da sexualidade.

Abordar as temáticas da sexualidade gera receio entre pais e professores. A maioria das práticas escolares enfoca apenas a questão técnica, fundamentando-se em princípios biológico-reprodutivos. Por isso, é tão comum pensar apenas na sexualidade a partir da adolescência, como se ela envolvesse somente questões voltadas aos métodos contraceptivos e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Os pais/mães e familiares muitas vezes estão despreparados para tratar esse assunto dentro de casa, não se sentem à vontade em conversar com seus filhos, pois pensam na questão do ato sexual e que seus filhos são muito novos para lidarem com o assunto, geralmente porque imaginam que falar sobre sexo vai causar o ato sexual. O mesmo acontece com os professores, podendo levar suas próprias dificuldades com relação à sexualidade para dentro da sala de aula.

A partir das observações realizadas nos estágios oferecidos pelo curso, percebe-se que a formação dos professores também é falha, por falta de informações e materiais didáticos, que os ajudem a planejar seu trabalho. Os livros didáticos mostram apenas as partes reprodutoras, gravidez, DST, puberdade, isto é, enfatizam os elementos técnicos e biológicos.

Por isso a importância desta pesquisa ser realizada, para investigarmos como o curso de Pedagogia da UEM está organizado em relação à formação dos professores no que se refere à Educação Sexual, a fim de analisarmos possíveis alterações curriculares que possam favorecer uma formação profissional voltada para os diferentes aspectos que se vinculem à sexualidade humana, visando ao estabelecimento de relações autônomas e livres de preconceito tanto para alunos quanto para professores que atuam na educação básica.

No contexto apresentado, nesta pesquisa vamos abordar como os pedagogos estão sendo formados em um curso de Pedagogia oferecido na cidade de Maringá-PR, analisando de modo particular os currículos oficiais que estão atualmente em vigor.

2 UM BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA

Nesta seção vamos apresentar um breve relato sobre a história da Pedagogia e as transformações que ocorreram nas instituições de ensino referentes à formação de professores e professoras que culminaram nos processos formativos contemporâneos, com o intuito de inserir a temática da Educação Sexual nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Para isso, é necessário, a princípio, definir a própria Pedagogia.

Segundo Libâneo (1998, p.22),

A Pedagogia é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. Assim, a educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

A Pedagogia se caracteriza pelo estudo da educação científica, isto é, a educação formalizada para formar cidadãos perante a sociedade capitalista em que vivemos. O que acontece atualmente, é que a sociedade faz “seleções” de pessoas com estudos e sem estudos, isto é, as pessoas com estudo hoje têm mais destaque perante a sociedade, o que nos remete a uma ampliação nos cursos de Pedagogia, pois eles nos oferecem vários campos de trabalhos, sejam eles formais ou não formais.

Baseados no que o autor diz, constatamos que o curso de Pedagogia atualmente envolve muitos campos de atuação, deixando de ser apenas visto como um curso para a Educação Infantil, ela abrange o saber sistematizado, a organização da disciplina e crítica ao ensino, independentemente da área de atuação que o pedagogo irá seguir. Acreditamos que a Pedagogia é a base para muitos cursos, pois se trata de educação e formação.

A história do curso de Pedagogia passou por inúmeras mudanças no decorrer dos últimos anos. Saviani (2009) destaca que o problema da formação de professores configurou-se a partir do século XIX, após a Revolução Francesa, o que não significa que o fenômeno da formação de professores tenha surgido apenas naquele momento.

Antes mesmo no século XI já haviam escolas de educação básica e, conseqüentemente, professores, que deveriam ao menos ter recebido alguma formação. Mas,

como afirma o autor, foi a partir do século XIX que a necessidade de criar escolas normais passou a efetivar-se.

Porém, a partir do século XIX, a necessidade de universalizar a instrução elementar conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino. Estes, concebidos como um conjunto amplo constituído por grande número de escolas organizadas segundo um mesmo padrão, viram-se diante do problema de formar professores – também em grande escala – para atuar nas escolas. E o caminho encontrado para equacionar essa questão foi a criação de Escolas Normais, de nível médio, para formar professores primários atribuindo-se ao nível superior a tarefa de formar os professores secundários (SAVIANI, 2009, p. 148).

No Brasil, a implantação das Escolas Normais de formação de professores emerge após a Independência, quando se cogita a organização da instrução popular. Saviani (2009, p. 143-144) destaca os períodos da história da formação de professores no Brasil:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo à escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Devemos destacar que foi no ano de 1939 que se deu a organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e foi a partir do decreto de lei n. 1.190 que se estabeleceu a organização do curso de Pedagogia no esquema 3+1, isto é, os três primeiros anos eram destinados ao estudo das disciplinas específicas e o último ano para a formação didática e prática de ensino.

Foi no período de 1996 a 2000, a partir da nova LDB, que os cursos de Pedagogia ganharam um novo perfil. O autor destaca que com o fim do regime militar, a expectativa dos problemas da formação docente no Brasil iria mudar, mas a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996 não correspondeu a tal perspectiva.

Como conclusão desse rápido esboço histórico constata que, ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente no decorrer dos seis períodos analisados é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país (SAVIANI, 2009, p. 148).

Baseados em Saviani (2009), podemos afirmar que muitas expectativas já foram criadas a respeito de mudanças e desenvolvimento na formação docente. No entanto, assim como a criação da nova LDB de 1996, foram muitas as frustrações diante às modificações esperadas nessa área da educação. Apesar de grandes esforços para se efetivar as reformas almeçadas, o que percebemos é que, ao longo dos anos, o processo de redefinição do curso de Pedagogia não ficou a *priori* como deveria ser, pois ainda possui algumas falhas no seu processo de elaboração.

Devemos lembrar que Libâneo (1998) destaca que o pedagogo deve ser formado no processo *stricto sensu*, o que corresponde a um pedagogo capaz de atuar em vários campos educativos, isto é, em espaços escolares e não escolares. Os espaços escolares requerem atenção à sala de aula ou aos campos administrativos da escola, e os espaços não escolares são aqueles fora da escola, como empresarial, hospitalar, indígena, educação no campo, entre outras.

O pedagogo *stricto sensu* é

[...] um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio educativas de tipo formal, não formal e informal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental, não apenas na gestão, supervisão e

coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional etc. (LIBÂNEO, 1998, p. 31).

Baseados no que o autor cita, vemos que os pedagogos recebem sim muitas qualificações e deve ser formado no sentido *stricto sensu*, mas para que a formação seja de qualidade e dê conta dos vários campos de atuação, notamos a necessidade de preparação extracurricular.

Scheibe (2007, p. 53) relata que no período:

[...] de maio de 1999 a abril de 2005 no que se refere às diretrizes para o Curso de Pedagogia, constata-se um grande e significativo silêncio tanto por parte do Ministério de Educação quanto do Conselho Nacional de Educação. Questões concernentes à regulamentação do curso só apareceram transversalmente no bojo das normatizações do Curso Normal Superior e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Nível Superior, Cursos de Licenciatura de Graduação Plena. Educadores e entidades acompanharam o movimento da legislação, mobilizando-se sempre para que, mesmo indiretamente, o Curso de Pedagogia estivesse na pauta das políticas de formação de professores.

Entendemos que o curso de Pedagogia passou muitos anos sem remanejar a sua estrutura curricular, pois como relata a autora, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), ficaram em silêncio quanto à normatização do curso. O que nos chama atenção, é que sempre nós, educadores e pedagogos, precisamos ficar atentos às questões das leis, pois se não prestarmos atenção, não vamos obter mudanças tão cedo. O foco dessa mudança foi a discussão sobre licenciatura e bacharelado e o fim das habilitações (habilitação em educação infantil e ensino fundamental). O intuito era formar o pedagogo capaz de atuar em todos os níveis de ensino.

O Parecer Homologado em 2005, documento no qual a história da Pedagogia é relatada, nos mostra que a partir de 1980, o curso de Pedagogia apresenta novas mudanças em experiências de formação inicial e continuada de docentes. A Pedagogia hoje, nos remete a uma grande diversificação curricular, com ampla habilitação, seja ela escolar ou não escolar.

Segundo o Parecer (2005, p.5)

Os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Podemos dizer que o estudante de Pedagogia além de ter a sua formação nos contextos escolares, pode formar-se em contextos não escolares. Outro assunto abordado no parecer é a inclusão plena, o que diz respeito a diferentes fatores da nossa sociedade, sejam religiosos, políticos, econômicos, de gênero, de etnias, outros aspectos.

Com as atuais diretrizes outros temas devem ser de domínio do pedagogo, dentre eles, a sexualidade, pois ela se refere à inclusão plena, está inserida em nossa sociedade, faz parte da cultura, da história, como qualquer outra inclusão.

Franco, Libâneo e Pimenta (2007) relatam que em toda e qualquer inserção profissional e nas funções que exerça, o pedagogo, assim formado, estará em condições de articular as diversidades, as desigualdades culturais e sociais e as necessidades especiais dos seres humanos envolvidos no processo de educação.

Segundo o Conselho Nacional de Educação - CNE de (2006), o curso de Pedagogia deve ter no mínimo 3.200 horas de duração, sendo elas distribuídas 2.800 horas em atividades presenciais ou não presenciais, 300 horas dedicadas a estágios supervisionados e 100 horas em atividades específicas do interesse dos alunos. O currículo de formação do pedagogo deve assegurar a formação em pesquisa e o exercício de atividades educativas nas escolas e em espaços não escolares, tais como: sistemas escolares e escolas, incluindo universidades e instituições de ensino superior, movimentos sociais, organizações comunitárias, mídias, campo editorial, vídeos, e outras tecnologias, áreas da saúde (projetos de prevenção, difusão científica para fins educativos), empresas, sindicatos, instituições culturais, de lazer, de turismo para diversas faixas etárias, entre outros.

O perfil do licenciado no que se refere à Educação Sexual na lei, em seu artigo 4º, parágrafo X, é citado da seguinte forma: “[...] deve demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classe social, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (CNE, 2006, p 2).

Levando em conta a multiplicidade de campos de atuação, bem como de temáticas que fazem parte das atividades do pedagogo, torna-se importante pensar se sua formação está adequada às exigências sociais. Assim:

Enfatiza-se a premência de que o curso de Pedagogia forme licenciados cada vez mais sensíveis às solicitações da vida cotidiana e da sociedade, profissionais que, em um processo de trabalho didático-pedagógico mais abrangente, possam conceber, com autonomia e competência, alternativas de execução para atender, com rigor, às finalidades e organização da Escola Básica, dos sistemas de ensino e de processos educativos não escolares, produzindo e construindo novos conhecimentos, que contribuam para a formação de cidadãos, crianças, adolescentes, jovens e adultos brasileiros, participantes e comprometidos com uma sociedade justa, equânime e igualitária. Daí decorre a importância de acompanhamento e avaliação sistemáticos, pelos órgãos competentes, da implantação e execução destas diretrizes curriculares (CNE, 2005, p. 16).

O Parecer Educacional serve para adequar o curso de Pedagogia à lei, para nos situarmos em seu processo de mudanças, que ainda não está terminado, isto é, está em processo de requalificação para melhoria da educação.

O curso de Pedagogia, como já foi dito, oferece formação em campos muito abrangentes da educação escolar e não escolar. Mas devemos abordar que o pedagogo então formado não pare apenas na graduação, que busque por cursos de formação ampliada, cursos de especialização, pós-graduação, entre outros, para que a sua formação seja cada vez mais qualificada. No entanto, devemos ressaltar que a educação sexual seja inserida no currículo da graduação, já que se constitui como tema básico para a formação do pedagogo nos diferentes campos de atuação.

3 A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E COMO SEU OLHAR PODE CONTRIBUIR COM A EDUCAÇÃO SEXUAL E COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Com a finalidade de responder às questões: Como se dá a orientação a respeito da Educação Sexual na formação de professores? Como está organizado o currículo dos cursos de Pedagogia? Existem disciplinas nos currículos dos cursos de Pedagogia que tratem de assuntos voltados à sexualidade? Como elas se estruturam? Temos como principal objetivo analisar a formação de professores e professoras no que se refere à Educação Sexual, a partir do currículo de um curso de Pedagogia oferecido na cidade de Maringá-PR, identificando e examinando a estrutura e os conteúdos das disciplinas desses currículos que abordam a temática da Educação Sexual. Outra finalidade deste trabalho consiste em comparar as determinações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia com os currículos oficiais do curso selecionado quanto à Educação Sexual. Para realizarmos tal pesquisa nos embasamos principalmente na obra de Foucault (2009).

Este trabalho tem como uma de suas referências a teoria de Michel Foucault, sobre as relações de poder e autoridade. Segundo Foucault (2009), a sociedade capitalista não obrigou o sexo a calar-se ou a esconder-se. Ao contrário, desde o século XVI, com o nascimento das ciências humanas, o sexo foi incitado a se confessar, a se manifestar. O autor ainda explica que a sexualidade pode manifestar-se de várias maneiras e em vários lugares; nas instituições como a igreja, a escola, a família, o consultório médico, e de saberes como demografia, biologia, medicina, psicologia, psiquiatria, moral e pedagogia.

3.1 O estudo da sexualidade com base em Foucault

Nessa etapa abordaremos os estudos de Foucault (2009) sobre as relações de poder que envolvem a sexualidade nos séculos XVI ao XX. Para isso, utilizamos o livro *História da Sexualidade I: a vontade do saber*, para nos subsidiar no entendimento da sexualidade perante as transformações que ocorreram no seu processo histórico. Assim, vamos descrever alguns marcos lineares para o autor entre os séculos XVI e XX.

Para entendermos esse processo em que o autor explica as transformações da sexualidade, vamos fazer uma breve linha do tempo, para situar a sexualidade entre os séculos XVI ao XX, fundamentados nas análises do autor.

A partir do século XVI, segundo Foucault (2009, p. 19),

a colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer uma restrição, foi submetida a um mecanismo de crescente incitação, que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas à disseminação e implantação da sexualidade polimorfa. A vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável e sem dúvidas, através de muitos erros.

No século XVI, época do período colonial, todos ainda viviam por base de regras da sociedade, não tinham livre expressão para expor seus desejos e vontades, as regras vinham da Igreja e deviam devidamente ser obedecidas.

O autor, ao citar a sexualidade como polimorfa, diz respeito à sexualidade infantil, isto é, a criança ao ter dúvida sobre a sexualidade, se expressa sem pensar nas consequências, inocentemente. Portanto, as técnicas de poder dessa época não obedeciam ao que estava imposto pela sociedade, pois a vontade do saber falava mais alto.

Foucault (2009) divide a história da sexualidade em dois períodos, o primeiro é no decorrer do século XVII e segundo é no século XX. O século XVII foi um período em que nasceram as grandes proibições, a valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquiva obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem, isto é, foi um período no qual a sexualidade era reprimida, escondida, não havia a liberdade do falar sobre a sexualidade. Já no século XX, essa proibição começa a diminuir, é o momento em que os mecanismos da repressão se afrouxam, essas relações com a sexualidade começaram a ser tratadas com mais tolerância.

Para nos situarmos melhor nesse contexto histórico, podemos considerar o Iluminismo como um marco inicial, pois foi quando se começou a pensar pela razão e não mais pela fé, ou seja, o poder da igreja diminuiu, o homem e mulher passaram a ser o centro e assim surgem os grandes pensadores. Foucault (2009) escreve nessa linha de razão e poder, como eram os princípios da época do Iluminismo.

O século XVII foi o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, isto é, a classe dominante, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. O falar do sexo nesse momento era mais difícil e custoso. O falar do sexo, sobre sexo, é difícil em qualquer época, seja nos séculos passados e na atualidade também. Pois, a palavra sexo e sexualidade logo de início causam um receio, uma imagem do ato sexual ou gênero sexual. Para muitos que não possuem o conhecimento do educar sexualmente, como é o caso dos pais e mães, dos alunos, já que não receberam essa educação quando crianças, sentem dificuldade e receio em falar do e sobre sexo. Não devemos generalizar esse problema para a sociedade inteira, pois embora seja mínima a quantidade,

existem pais/mães e professores/professoras que sabem lidar com esse tipo de educação, pois com certeza receberam alguma orientação de seus pais sobre o tema tratado.

O autor refere-se à sexualidade como repressão:

[...] funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio e afirmação de inexistência. [...] o sexo não se julga, apenas administra-se, isto é, o sexo é uma historicidade, que foi modificando-se com o passar dos séculos, e não nos cabe julgá-lo, apenas administrá-lo, educá-lo perante a nossa sociedade capitalista (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Assim, vemos que o autor desconstrói a repressão e fala de uma hipótese repressiva, pois não adianta reprimir a sexualidade, basta administrá-la e educá-la. A sexualidade tem uma história complicada, tornando difícil inseri-la perante a sociedade sem causar nenhum conflito. É nesse momento que o educador pode partir da repressão e assim procurar como deve ser transmitida a Educação Sexual.

Britzman (2000, p. 70) explica que, segundo Foucault, na Psicanálise,

[...] reprimir não significa exatamente jogar alguma coisa fora. A repressão está mais próxima de nossa paixão pela ignorância do que de nossa paixão pelo conhecimento. No discurso psicanalítico, a repressão é definida como o ato de afastar-se, o ato de ignorar e esquecer uma ideia ou a tentativa para separar o afeto da ideia. O movimento da repressão é dinâmico e produtivo, um movimento de volta e retorno. O que torna o retorno do reprimido tão estranho é que as novas ideias se tornam afixadas a velhos afetos. Por causa do processo de substituição, deslocamento e condensação, entretanto, o novo conteúdo ainda contém o núcleo da velha dinâmica ou do velho afeto. A repressão é, assim, uma resposta à demanda do instinto. Esta concepção da repressão pode permitir que os educadores explorem suas próprias teorias de aprendizagem e desenvolvam uma curiosidade para com aquilo que não é aprendido e que compreendam como a paixão pela ignorância se defende contra um novo conhecimento.

Louro (2010) considera que todas as transformações afetam as formas de viver e construir identidades de gênero e sexuais. Precisamos compreender que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas social e política, e é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos, isto é, a sexualidade não depende só do ser pessoal, ela tem em sua volta inúmeras transformações, que necessariamente precisam de auxílios de superiores, sejam eles, pais/mães, educadores/educadoras, psicólogos/psicólogas ou médicos/médicas.

Para Foucault (2009, p. 11), “a liberdade de se expressar sexualmente pode demorar a se manifestar, por essa repressão, por respeito ao poder reprimido”.

Mas foi no século XVIII que nasceu uma incitação política, econômica e técnica que, segundo Foucault (2009), o falar do sexo seria por meio de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, não de uma maneira geral, seria necessário apresentar pesquisas quantitativas ou causais.

Segundo o autor, o final do século XVIII foi marcado com o nascimento de novas tecnologias do sexo, a confissão, “nova porque sem ser realmente independente da temática do pecado, escapava basicamente das instituições eclesásticas” (FOUCAULT, 2009, p. 127). O sexo deixou de ser uma questão leiga, por meio da pedagogia, da medicina e da economia, passou a fazer parte do Estado e cada um cuidou de sua própria vigilância. Naquele período a sexualidade se desenvolvia ao longo de três eixos, dentre eles o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade da criança; o da medicina, com a fisiologia das mulheres e, por fim, a demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos.

As instituições pedagógicas desde o século XVIII concentraram formas de discurso ao falar de sexo para as crianças e os adolescentes, estabelecendo pontos de implantações diferentes, codificando os conteúdos e qualificando os locutores, isto é, os professores.

Foucault (2009, p. 30) afirma em seu livro que:

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção. Cumpre falar do sexo como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo.

As instituições escolares passaram a pensar na organização interior, na qual os detentores teriam que estar atentos a tudo que pudesse vir a acontecer. O espaço da sala de aula, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreios, a distribuição dos dormitórios, os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças.

Naquela época (século XVIII) o sexo passa a ser um problema público do colegial, isto é, dos adolescentes. Assim, os médicos se dirigem aos/às diretores/diretoras e aos/às professores/professoras, também dão conselhos às famílias; os/as pedagogos/pedagogas fazem projetos e os submetem às autoridades; os/as professores/as se voltam para os/as alunos/as, fazem-lhes recomendações e pedem para eles/as redigirem livros de exortação, cheios de

conselhos médicos e de exemplos edificantes, tais literaturas com pareceres, observações, casos médicos, entre outros, tudo prolifera em torno do colegial e de seu sexo. Portanto, desde o século XVIII, as instituições concentram-se nos discursos sobre esse tema, organizando diferentes pontos de implantação. O autor comenta que se “codificou os conteúdos e qualificou os locutores” (FOUCAULT, 2009, p. 34-35), isto é, organizou o material, o estabelecimento de ensino e qualificou os professores e os educadores.

Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhe escapa (FOUCAULT, 2009, p. 36).

As falas acerca do sexo, para o autor, têm se multiplicado em vez de rarefeito, isto é, não se desfizeram, assim esse discurso posto em evidência trouxe interdições e proibições, garantiu mais fundamentalmente a solidificação e a implantação de todo um despropósito sexual. Isso nos leva a pensar no fato de ter levado a proibição, assim, entendemos que de tanto falar, classificar e especificar causou-se certa repressão ao tratar do assunto. Acreditamos que a repressão tem uma relação com o que a Igreja prega. Deste modo, a religião tem grande influência sobre os discursos de repressão sexual, visto que para algumas Igrejas o sexo deve servir somente para a procriação e tudo que foge a essa norma é mal visto.

A partir do século XIX a sexualidade é encerrada, a família confisca a liberdade de falar. “O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (FOUCAULT, 2009, p. 9). O sexo, ao longo do século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: um relacionado à biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e um da medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas.

Foucault (2009) afirma que a sexualidade gira em torno de relações de poder, múltiplas e móveis. Para isso, o autor criou preliminarmente quatro regras, dentre elas as regras das variações contínuas, que dizem o seguinte:

Não procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes...). O conjunto constituído, no século XIX, pelo pai, a mãe, o educador e o médico,

em torno da criança e de seu sexo, passaram por modificações e deslocamentos contínuos, dos quais, um dos resultados mais especulares foi uma estranha inversão: enquanto a sexualidade da criança foi problematizada numa relação que se estabelecia diretamente entre o médico e os pais, finalmente, na relação entre psiquiatra e a criança a sexualidade dos adultos acabou posta em questão (FOUCAULT, 2009, p. 110).

Portanto, para o autor o pai não é representante da família, do soberano ou do Estado. A família não reproduz a sociedade e vice-versa. A sexualidade se dá justamente no discurso entre o poder e o saber, isto é, a pessoa deve saber para ter o poder, poder de ensinar, passar o seu conhecimento para a sociedade.

O sexo com o passar dos anos, foi deixando de ser reprimido pela sociedade, foi ganhando espaço, liberdade de expressão, no falar, no ouvir, no escrever e principalmente no agir e no mostrar e que essa sociedade não se preparou para tais mudanças. Podemos dizer que a sociedade foi adaptando-se a tais mudanças, mas não se aperfeiçoando. Entendemos que elas aconteceram pelo fato de os mecanismos de repressão – igreja e família, por exemplo – se diluíram. A sociedade está em processo de mudança, as pessoas falam sobre sexo cada vez mais cedo. Mas isso não significa que a repressão tenha acabado. Falar sobre sexo não representa o fim da repressão, que se dá de diferentes formas.

Assim, concluímos que a repressão não pode ser deixada de lado, pois, de certa forma, ela ainda faz parte da sociedade atual. Os estudos de Foucault (2009) nos mostram como a história da sexualidade é extensa, desgastante e merece estudo qualificado. É o que devemos fazer no curso de Pedagogia, contextualizar a Educação Sexual e desmembrar as questões que ainda tenham repressão. Por isso, expressamos a importância dos professores receberem uma formação de qualidade, para que não reprimam uma questão inerente à vida.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve o **objetivo geral** de analisar a formação de professores no que se refere à Educação Sexual. Teve também como **objetivos específicos**: a) Identificar e analisar a estrutura e os conteúdos das disciplinas do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que abordam a temática da Educação Sexual; b) Comparar as determinações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia com o currículo oficial do curso selecionado quanto à Educação Sexual.

4.1 Caracterização da pesquisa

Para atender aos objetivos desta pesquisa, utilizamos o método qualitativo e a pesquisa bibliográfica, mais especificamente a análise documental. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas está na natureza das fontes, pois a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Ambas as pesquisas servem fundamentalmente para fins de leitura, análise e sistematização de informações escritas.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

De acordo com Gil (2010), a pesquisa documental utiliza documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, entre outras. São fontes que podem ser consideradas bibliográficas, como também documentais. O que diferencia as duas pesquisas, é que a fonte documental é consultada internamente e a fonte bibliográfica, em geral, é obtida em bibliotecas ou bases de dados.

Os documentos analisados neste estudo foram: o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, estabelecidas em 2006.

4.2 Procedimentos de Coleta de Dados

A primeira etapa da coleta de dados consistiu na seleção dos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades de Maringá-PR. Pretendíamos consultar e analisar a grade curricular dos dois cursos oferecidos na cidade: Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Centro Universitário de Maringá (CESUMAR).

A consulta ao currículo do curso de Pedagogia da UEM¹ se deu por meio do *site* da própria universidade: www.uem.br. Posteriormente, junto às secretarias dos departamentos responsáveis pelo curso, tivemos acesso aos programas das disciplinas oferecidas.

Não foi possível consultar o currículo do curso de Pedagogia do CESUMAR, pois ele não está disponível para acesso público e apenas os alunos regularmente matriculados têm o material disponibilizado.

Examinamos também as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia de 2005/2006, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf.

A segunda etapa da coleta de dados envolveu a seleção por título das disciplinas que compõem o currículo do curso de Pedagogia da UEM. Foram escolhidas aquelas que apresentassem implícita ou explicitamente alguma relação com a temática da Educação Sexual, como, *Psicologia da Educação: Temática da Vida Contemporânea*. Foram excluídos os títulos das disciplinas que não ofereciam aspectos compatíveis com a Educação Sexual, como, por exemplo, *Filosofia da Modernidade e História da Educação do Brasil: Colônia*. Desse modo, foram eleitas oito disciplinas do currículo do curso de Pedagogia da UEM para análise, conforme listagem a seguir:

- Currículo como Espaço de Construção de Identidades;
- Linguagens Identidades e Formação de Professores;
- Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo nos Processos Escolares e Não Escolares;
- Psicologia da Educação: Temática da Vida Contemporânea;
- Políticas, Gestão e Diversidade;
- Metodologia do Ensino de Ciências: 1º a 4º série do Ensino Fundamental I;
- Metodologia do Ensino de Ciências: 1º a 4º série do Ensino Fundamental II;
- Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural.

¹ As disciplinas grade curricular do atual curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá encontra-se em anexo.

Após a seleção por títulos, examinamos as ementas, os conteúdos programáticos e as referências bibliográficas das oito disciplinas selecionadas, eliminando aquelas que não apresentavam conteúdo referente à Educação Sexual, como, por exemplo, *Currículo como Espaço de Construção de Identidades e Políticas, Gestão e Diversidade*. Restaram, após a exclusão, quatro disciplinas para análise:

- Psicologia da Educação: Temática da Vida Contemporânea;
- Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural;
- Metodologia do Ensino de Ciências: 1º a 4º série do Ensino Fundamental I;
- Metodologia do Ensino de Ciências: 1º a 4º série do Ensino Fundamental II.

No que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, foi feita leitura para identificar, selecionar e transcrever todos os trechos que abordassem assuntos vinculados à Educação Sexual.

4.3 Procedimentos de Análises de Dados

Elaboramos uma análise da estrutura (distribuição da carga horária) e dos conteúdos (objetivos, programa e referências) das quatro disciplinas selecionadas do currículo do curso de Pedagogia da UEM a partir dos seguintes eixos:

- 1) Espaço/tempo destinado à temática Educação Sexual no curso de Pedagogia da UEM;
- 2) Objetivos da disciplina e sua relação com a formação docente;
- 3) Articulação da temática Educação Sexual com a formação docente;
- 4) Relação entre os conteúdos das disciplinas e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, implantadas em 2006.

Finalmente, foi desenvolvida análise comparativa entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os programas das disciplinas selecionadas, visando identificar se os cursos seguem o que está expresso ou indicado na lei e a maneira como articulam o conteúdo determinado nas diretrizes com a estruturação do currículo. Nossa principal finalidade neste momento da análise foi refletir sobre a Educação Sexual na formação de professores, a partir das contribuições teóricas das referências que fundamentaram este trabalho.

5 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM E NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Nesta seção vamos abordar os resultados da nossa pesquisa, baseados na análise da formação de professores referente à Educação Sexual no currículo de Pedagogia da UEM e nas DCNs. Primeiramente abordaremos os conteúdos das disciplinas e, posteriormente, os conteúdos oferecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia, comparando as duas análises e, por fim, teceremos comentários sobre a formação de professores relativa à Educação Sexual, com base no referencial teórico que fundamentou esta pesquisa.

5.1 Análise das disciplinas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – UEM

A seguir examinamos as disciplinas escolhidas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – UEM que se relacionam ou podem relacionar-se à Educação Sexual. Conforme descrição na seção anterior sobre a metodologia desta pesquisa, foram selecionadas aquelas cujo título poderiam apresentar vínculo explícito ou implícito com a temática abordada. Quanto aos conteúdos, serão destacados apenas os que se articulam com a Educação Sexual.

No quadro 1 listamos as principais informações sobre cada disciplina:

Quadro 1. Disciplinas do curso de Pedagogia da UEM que se referem à Educação Sexual

Disciplina	Série	Carga horária	Ementa	Objetivos	Conteúdo selecionado	Referências
Psicologia da Educação: Temáticas da vida contemporânea (Semipresencial)	2ª.	34h	Diz respeito às temáticas contemporâneas da psicologia da educação presentes na prática pedagógica.	Desenvolver estudos que possibilitem a compreensão e superação de situações discriminatórias e estereótipos baseados em diferenças étnicas, sociais, religiosas e sexuais .	Gênero	<i>Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea</i> , Ed. Moderna, 2002.
Metodologia do Ensino de Ciências: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental I	3ª.	34h	Integração do conteúdo e metodologia do ensino de Ciências para séries iniciais	Selecionar os conteúdos de Ciências que devem ser abordados em cada série;	Ciências	<i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i> . Brasília: MEC/SEF, 1997. <i>Formação de Professores de Ciências: tendências e inovações</i> .

			do Ensino Fundamental, instrumentando professores para um ensino de Ciências em que se reconheça a interdependência entre Ciência e Tecnologia, inseridas na prática social.	analisar e refletir sobre os fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental; discutir a instrumentação para o ensino de ciências; elaborar planejamentos para o Ensino de Ciências.		Ed. Cortez, 2000. <i>A educação na perspectiva construtivista: reflexões de uma equipe interdisciplinar.</i> Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
Metodologia do Ensino de Ciências: 1ª a 4ª. séries do Ensino Fundamental II.	4ª.	34h.	Integração do conteúdo e metodologia do ensino de Ciências para séries iniciais do Ensino Fundamental, instrumentando professores para um ensino de Ciências em que se reconheça a interdependência entre Ciência e Tecnologia, inseridas na prática social.	Selecionar os conteúdos de Ciências que devem ser abordados em cada série; analisar e refletir sobre os fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental; discutir a instrumentação para o ensino de ciências; elaborar planejamentos para o Ensino de Ciências.	Ciências e planejamento.	<i>Parâmetros Curriculares Nacionais.</i> Brasília: MEC/SEF, 1997. <i>Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação.</i> São Paulo: FTD, 1999. <i>Formação de Professores de Ciências: tendências e inovações.</i> Ed. Cortez, 2000. <i>Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática.</i> São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural.	4ª.	68 h.	Políticas públicas e gestão da educação: docência e pesquisa da diversidade cultural.	Desenvolver estudos sobre políticas e gestão pública que explicitem a Diversidade Cultural , administrativa e pedagógica nos diferentes espaços educativos.	Diversidade Cultural.	<i>Educação como um exercício de diversidade.</i> Brasília/DF, MEC, UNESCO, ANPEd, 2005. Educação e diversidade cultural. Maringá, PR: Eduem, 2010. Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural. Disponível em: www.cdi.gob.mx/transparencia/clara-diversidad.pdf .

No que se refere ao quadro, podemos observar que dentre o número de disciplinas e a carga horária do curso de Pedagogia (total de 3840 horas), apenas uma pequena parte aborda a Educação Sexual, pois não há nenhuma matéria que seja totalmente destinada ao tema

proposto. Os conteúdos se relacionam à formação de gênero, ciências e diversidade cultural, mas lembramos que foram retirados apenas excertos do que têm relação com a temática.

Somando as horas das disciplinas selecionadas, temos 170 horas de um total de 3.840. No entanto, vale ressaltar que das 170 apenas pequena parcela refere-se à Educação Sexual que não é uma disciplina, é somente parte do conteúdo das quatro matérias analisadas.

Considerando as ementas e os objetivos das disciplinas, verificamos que sua finalidade não é a Educação Sexual em si. Ela é um dos itens que compõem o ensino de ciências, por exemplo. Nesse caso, o foco é o desenvolvimento biológico da sexualidade e não trata da educação sexual.

A Educação Sexual discutida por Louro (2010) nos explica que a sexualidade era um assunto privado, que deveria ser tratado apenas com alguém muito íntimo e de forma reservada. O sexo parecia não ter uma dimensão social, era um assunto particular e pessoal. Mas vimos que a sexualidade faz parte de um processo histórico, é inerente à vida, têm suas questões biológicas, afetivas, preconceitos, relacionamentos, relação com o próprio corpo, proibições, permissões, entre outros, e assim constantemente apresenta mudanças.

Para trabalhar a Educação Sexual precisamos ter clareza da diferença existente entre sexo e sexualidade. Figueró (2009) defende esta posição e define a diferença entre as duas concepções. O primeiro está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, necessidade essa que todo ser humano traz consigo desde que nasce. Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo do bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade.

Portanto, não é imposição de leis sexuais às crianças e aos professores. Foucault (2009, p. 36) afirma a importância do falar sobre o sexo:

Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhe escapa.

É importante dizer aos alunos que a educação sexual não se limita apenas a questões biológicas, relativas à gravidez, DST, reprodução, fecundação, conhecimento do corpo humano, órgãos genitais, menstruação, ejaculação, mas vai além disso. Esse entendimento é

necessário, para que a criança possa construir a sua identidade, sendo homem ou mulher. A escola é o espaço para tornarem-se reais as dúvidas do dia-a-dia.

Para isso, os professores precisam ser bem formados, pois se pensarmos somente nas questões biológicas, o educador será apenas um bom professor de ciências, neutralizando as questões inerentes da vida.

5.2 Análise das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia

Nesta etapa, vamos apresentar o que as DCN do curso de Pedagogia dizem a respeito da Educação Sexual. Primeiramente fizemos a seleção por parágrafos da lei e seus incisos. Assim, lemos, selecionamos e transcrevemos os trechos que estavam devidamente interligados à temática.

Referente às Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (2006), foram retirados alguns excertos, destacados e analisados a seguir.

Em seu Art. 1º explica os objetivos da lei nos cursos de Pedagogia:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006 (CNE, 2006, p.1).

A Resolução serve para definir os princípios e as condições do curso de Pedagogia, identificando e situando o que é o curso e qual a sua formação. O curso deve ter organização, planejamento sempre obedecendo a ordens de superiores.

O segundo parágrafo do Art. 2 refere-se ao que propiciará o curso de Pedagogia, primeiro item no qual a culturalidade aparece:

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o **cultural** (CNE, 2006, p.1, grifos nossos).

A partir da leitura, constatamos que esse inciso nos mostra os campos que o curso de Pedagogia pode alcançar e sua aplicação, nos seus estudos teóricos e práticos. Destacamos a cultura, pois a sexualidade se insere nela. A sexualidade também faz parte de conhecimentos

filosóficos, históricos, psicológicos, sociológicos, por isso, inferimos que as temáticas da sexualidade sejam contempladas nas diretrizes quando se refere às questões culturais.

O Art. 5º define qual o ensino que o curso de Pedagogia deve oferecer ao graduando:

VI - **ensinar** Língua Portuguesa, Matemática, **Ciências**, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VIII - **promover e facilitar relações** de cooperação entre a instituição educativa, a **família e a comunidade**;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, **culturais**, religiosas, políticas e outras;

X - **demonstrar consciência da diversidade**, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de **gêneros**, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, **escolhas sexuais**, entre outras (CNE, 2006, p.2, grifos nossos).

Neste trecho, percebemos que o graduando deve ensinar as disciplinas básicas que constam no currículo da educação, mas de forma interdisciplinar, para que assim o aluno possa construir um conhecimento de múltiplas opções. O professor deve estimular o aluno a pensar, interpretar e discutir, por exemplo, para resolver um exercício de matemática, ele precisa saber interpretar a língua portuguesa.

Sabemos que temáticas da sexualidade aparecem nas disciplinas de ciências, assim, o professor, trabalhando de forma interdisciplinar, poderá questionar a sexualidade na matemática, na língua portuguesa, na história, geografia e assim por diante.

A sexualidade aparece na disciplina de ciências juntamente com seus aspectos biológicos. Mas é importante destacar que os aspectos biológicos não podem ser trabalhados individualmente, pois a sexualidade faz parte das questões interentes à vida, destacadas acima. O professor deve propiciar todas as relações representantes da sexualidade, para proporcionar um melhor desenvolvimento aos seus alunos.

O professor e a escola devem estar sempre atentos às relações do aluno dentro do ambiente escolar. Identificando esses problemas, sejam eles sociais, étnico-raciais, culturais, religiosos ou outros, o educador tem em suas mãos propostas educativas para trabalhar e demonstrar a consciência da diversidade; basta respeitar a diferença de cada um.

A escola tem como função educar para a diversidade, para o respeito, para a “felicidade”, para que o indivíduo possa ter satisfação com ele mesmo e com os outros. O ambiente escolar deve abrir espaço para dúvidas, para a fala, para esclarecimentos, para

sentimentos, tabus, medos e esses sentimentos fazem parte do dia-a-dia de qualquer pessoa e isso não é só biológico.

O ambiente escolar pode propiciar e abordar diferentes conteúdos envolvendo a sexualidade, como, por exemplo: manifestações da sexualidade em diferentes culturas, para diferentes religiões, para diferentes famílias e suas transformações históricas. Relatar as mudanças que a sexualidade teve, desde seu início e como ela está atualmente. Mostrar e dar espaço à diversidade, permite que a diversidade seja vivida e construída.

O Art. 6º das DCNs refere-se à estrutura do curso de Pedagogia, respeitando a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;

g) **planejamento, execução e avaliação** de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;

j) **estudo** das relações entre educação e trabalho, **diversidade cultural**, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

II - um **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** voltados às áreas de atuação profissional priorizada pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira (CNE, 2006, p.3-4, grifos nosso).

Percebemos que a estrutura do curso deve, portanto respeitar a diversidade nacional e a autonomia pedagógica. Para isso é necessário que as instituições promovam práticas educativas e, conseqüentemente, observem o processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos em todos os aspectos sociais.

É importante o planejamento, a execução e a avaliação de todo procedimento que o professor for realizar. O professor deve sempre qualificar o seu trabalho durante a sua carreira

profissional. Estudar as relações que a diversidade cultural pode propor na sociedade contemporânea. A educação sexual relaciona-se com esse estudo, por isso a qualificação do professor, o seu estudo e pesquisa fazem com o que o seu trabalho, seja com a educação infantil, ensino fundamental, adolescentes e jovens, tenha um ótimo desenvolvimento intelectual, partindo sempre da organização e do planejamento.

Os professores devem sempre estar preparados para as aulas que vão lecionar. Hoje com grandes tecnologias, podemos utilizá-las de diversas maneiras. Fazer pesquisas, mostrar textos explicativos, explorando o material didático da escola e assim proporcionar novas vivências para o aluno diante da diversidade social e cultural.

O Art. 7º diz respeito à carga horária mínima do curso que é de 3.200 horas, sendo assim distribuídas:

- I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;
- II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;
- III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Referente à carga horária, verificamos que temos uma carga horária grande e má distribuída para poucos anos de graduação. Primeiramente 2.800 horas destinadas a aulas, 300 horas para estágios supervisionados não remunerados e 100 horas para atividades de pesquisas específicas. Se todas as instituições seguissem essa carga horária, teríamos um curso de muito bom aproveitamento, mas na realidade não é assim que acontece.

O curso de Pedagogia da UEM, por exemplo, ultrapassa a carga horária mínima determinada pela lei, temos assim um total de 3.840 horas, sendo 374 dessas horas destinadas a estágios supervisionados e mais 200 horas de atividades complementares.

O curso de Pedagogia da UEM primeiramente necessita ser estruturado novamente, para que assim possamos ter condições de incluir novas disciplinas para então trabalhar a Educação Sexual, pois a grade curricular é muito extensa. Enquanto isso ainda não acontece, é necessário fazer a seleção de disciplinas, pois como podemos observar, muitas são repetidas durante o curso, como as de história, filosofia e sociologia. Feito essa seleção, poderíamos incluir a Educação Sexual, além de outros temas culturais.

O professor necessita receber boa formação, para que possa atuar em espaços escolares e não escolares e merecer destaque no que está fazendo, não levando adiante os preconceitos, tabus e medos impostos pela sociedade. O meio acadêmico deve promover espaços para ocorrer a vinculação com a educação sexual, seja por meio de palestras, visitas às escolas, entrevistas, estágios oferecidos no período da graduação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais e o currículo de egresso do curso não determinam como deve ser feita essa orientação, elas apenas sugerem que a inclusão deve ocorrer, tornando difícil a implantação de disciplinas e como elas devem ser trabalhadas.

Pensamos, então: como ser professor considerando o desenvolvimento da sexualidade?

5.3 Relação entre o conteúdo exposto nas DCN e as disciplinas do curso de Pedagogia da UEM

Tomando como base as disciplinas do curso de Pedagogia e o conteúdo exposto nas DCN, vemos que algumas coisas não estão adequadas perante a lei. A lei determina que tenha espaços e carga horária para a Educação Sexual, mas não determina que tenham disciplinas específicas para tratar desse tema.

O curso de Pedagogia trata da Educação Sexual em algumas disciplinas, como já foi citado acima. Tomemos como exemplo a disciplina “Psicologia da Educação: Temáticas da vida contemporânea”, de todas as selecionadas, essa é a que aparentemente estuda a Educação Sexual como o tema contemporâneo, o problema maior está por ela ser semipresencial, pois não temos o aproveitamento integral da disciplina.

Nas outras disciplinas, temos no máximo 8 horas destinadas à Educação Sexual, portanto a educação é transmitida por meio de textos, seminários, filmes, entre outros, mas não apresentam uma formação adequada para os professores que ali vão sair formados.

5.4 A educação sexual e a formação de professores

Por fim, nesta etapa vamos apresentar os resultados das análises segundo o referencial teórico utilizado na pesquisa. Portanto, temos como base os estudos de Foucault (2009). O autor primeiramente trata a sexualidade como uma repressão, mas como observamos a repressão não deve ocorrer, o que acontece é que devemos nos referir à sexualidade com autoridade e devemos conhecer o assunto para que possamos trabalhá-lo em sala de aula e em

demais lugares. Como o autor afirma, a sexualidade pode manifestar-se em diversos lugares, como em igrejas, consultórios médicos, em casa e principalmente nas escolas.

Os conteúdos contemplados nas disciplinas escolhidas para análise não oferecem carga horária integral para a Educação Sexual, fazendo com que a formação esperada pelo futuro pedagogo torne-se uma pseudoformação, isto é, o pedagogo acredita estar formado para lecionar a temática, ou apenas conversar com seus alunos, mas não está. Ele apenas recebeu informações sobre a sexualidade, mas não se apropriou delas.

As DCN determinam que o curso de Pedagogia precisa oferecer o estudo sobre a diversidade cultural, sexual, de gêneros, mas não especifica como esse estudo deve ser orientado para os graduandos e nem a sua necessidade na formação das crianças na escola.

Como afirma Adorno (1996), a formação cultural converte-se em uma pseudoformação socializada, isto é, os futuros pedagogos sempre recebem a mesma formação, sem mudanças no modo de ensino, nas disciplinas e em suas diretrizes, caracterizando sempre uma formação pela metade.

Observamos essa pseudoformação através da má distribuição da carga horária nos anos do curso. Pois a carga horária é de 3.840 horas e somente 16 horas são destinadas parcialmente à Educação Sexual, pois essa temática é discutida nas DCN como inclusão e, conseqüentemente, a inclusão refere-se a outras temáticas.

Não podemos somente remeter o curso de Pedagogia a críticas, pois embora seja pequena a carga horária destinada à Educação Sexual, ainda recebemos algum ensino e qualificação sobre o assunto. Alguns professores de determinados cursos promovem palestras e cursos sobre inclusão e especificamente sobre a sexualidade, são atividades complementares aos cursos, cabe ao aluno procurar a formação.

Portanto, podemos considerar os estudos de Foucault (2009), principalmente a partir do século XIX, segundo os quais as grandes proibições começaram a desaparecer e o sexo começou a ser aceito parcialmente na sociedade atual. Assim, verificamos grandes avanços na educação, mas que ainda não atingiram a formação dos professores, apenas recebemos parte da teoria da Educação Sexual, não podemos colocá-la em prática.

Baseados nos estudos de Adorno (1996), consideramos a formação de professores uma pseudoformação, pois achamos que estamos formados, mas apenas recebemos parte dessa formação. A carga horária do curso é reduzida quando comparada à quantidade de disciplinas e atividades complementares exigidas pelo curso. Com isso, temos a necessidade de cumprir com a obrigação do curso, e por falta de tempo, não nos formamos professores adequados a trabalhar a temática da Educação Sexual, como também outras temáticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de me deparar com o tema Educação Sexual e ter o privilégio de aprofundar um pouco mais os estudos sobre o assunto, via-me diante de constantes questões que não tinham respostas. Pensava o porquê o sexo em nossa sociedade e especialmente na educação é trabalhado com tanta repressão e medo por pessoas inexperientes.

Acredito ser inexperiente para trabalhar a Educação Sexual, pois não recebi a educação integral do curso, mesmo aprofundando meus estudos. Sempre nos deparamos com o despreparo para responder uma simples questão, como, o que é pênis ou vulva?

Foi tentando mudar esses tabus de repressão sexual, que resolvi desenvolver essa pesquisa, tentando entender como os currículos dos cursos de Pedagogia oferecidos pelas Universidades de Maringá executam a Educação Sexual dentro das salas de aulas.

O intuito era saber como o processo de Educação Sexual disponibilizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia era imposto dentro das universidades e, conseqüentemente, dentro das salas de aulas. Como toda pesquisa, temos surpresas, e essa pesquisa nos mostrou tamanha desqualificação na formação de nossos futuros professores e pedagogos.

Em relação à formação de professores para trabalhar com a temática, temos como resultados que a formação é desqualificada. Nós, professores, não recebemos formação adequada para trabalhar com a Educação e Orientação Sexual. O que resulta em alguns problemas, além da desqualificação curricular dos cursos e a falta de cientificidade nos estudos, os preconceitos e tabus existentes em nossa sociedade e em nosso dia-a-dia como educadores, acabam tomando grande parcela na má formação dos professores orientadores da Educação Sexual.

Como não existe a obrigatoriedade em ter alguma disciplina dentro do curso de Pedagogia sobre a Educação Sexual e apenas sugestões, os cursos não se comprometem com a qualificação que esse tema necessita ter.

Assim, devemos qualificar esses estudos, pois se as Diretrizes Curriculares Nacionais impõem sugestões e os cursos “pincelam” a temática, precisamos rever a carga horária dos cursos e assim começarmos a formar adequadamente professores e pedagogos para trabalhar com dignidade e clareza sobre a Educação Sexual. Essa temática deve ser aceita como uma inclusão nos currículos.

A sexualidade faz parte do nosso dia-a-dia, mas ainda é vista com grande preconceito e tabus pela sociedade. Essa negação na desqualificação na formação de professores é cultural

e histórica. Para que essa relação entre professores, sexualidade e alunos possa melhorar, é necessário promover mudanças nos currículos dos cursos de graduação de formação de professores e nos cursos de formação continuada, incluindo disciplinas específicas para essa temática.

Sabemos que a escola é o espaço onde todos aprendem o saber sistematizado, isto é, o saber científico. É o espaço em que deve formar o indivíduo por inteiro, sem preconceitos e sem tabus. Portanto, para que isto ocorra faz-se necessário o profissional desse local de trabalho, possuir uma formação adequada e que essa formação não se limite à graduação, que esse profissional busque sempre se especializar, para poder acompanhar as constantes mudanças sociais que acarretam também mudanças na maneira como se lida com a sexualidade.

Ao decorrer da pesquisa, buscamos identificar a importância da implantação de uma disciplina específica para tratar a sexualidade nos espaços escolares, além da importância para a formação que o docente necessita ter, para que não reproduza a prática que nega a sexualidade e que a sua posição marginalizada continue ocupando os espaços escolares e não escolares.

Sabemos que para essa implantação da disciplina ocorrer, alguém precisa começar a fazer. Na UEM existem espaços, cursos, grupos de estudos, mestrados que são oferecidos pelos docentes de determinados cursos, para que aconteça a capacitação dos professores. Isso não é suficiente, pois a necessidade de ter profissionais adequados, acontece principalmente com crianças da educação infantil, e o professor acaba reproduzindo seus preconceitos e tabus da sua formação profissional e pessoal, por não possuir formação adequada.

Portanto, para a implantação da disciplina sobre educação sexual, sexualidade, gênero, deve ocorrer e com uma carga horária maior, para que os estudos não fiquem destinados somente às questões biológicas. Precisamos primeiramente começar com as palestras, cursos, simpósios, entre outros e a conscientização da importância do estudo sobre sexualidade e entender e compreender o processo histórico, cultural, social, político da sexualidade na história no Brasil e no mundo.

7 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, ano XVII, n. 56, p. 388-411, dez. 1996.

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, 2/2001, p. 575 - 585. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, p. 1-25, jan./2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> . Acesso em: mar. 2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Orientação Sexual. In: _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998. p. 285-386. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: jun. 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília: DF, maio 2005.

BRASIL. **Esclarecimento sobre a qualificação dos Licenciados em Pedagogia antes da Lei nº 9.394/96 para o exercício das atuais funções de gestão escolar e atividades correlatas; e sobre a complementação de estudos, com apostilamento**. Brasília: DF, 2 jun. 2009.

BRITZMAN, Déborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 83-112.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Que saberes são esses que não dizemos na escola? In: FIGUERÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina, UEL, 2009. p.1-17.

CNE. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de maio 2006, Seção 1, p. 11.

FIGUERÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação Sexual**: em busca de mudanças. Londrina, UEL, 2009.

_____. **Educação Sexual**: múltiplos temas. Londrina, UEL, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos para Formulação de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007, p. 63-97.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 41-58.

_____. Como classificar as pesquisas? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 25-43.

LIBÂNEO, José Carlos. O campo do conhecimento pedagógico e a identidade profissional do pedagogo. In: _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998, p. 17-34.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**. v. 19, n. 2, maio/ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. p. 7-34.

MAIO, Eliane Rose. Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia. In: CARVALHO, Elma Julia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosângela Célia (Orgs.). **Educação e Diversidade Cultural**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 209-222.

MARTINS, Vicente. **A Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30476-31865-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia: Trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007, p. 43-62.

VITIELLO, Nelson. **Sexualidade**: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 1997.

ANEXO

Disciplinas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Primeiro ano:

- Currículo como Espaço de Constr. de Identidades – 34 h;
- Filosofia da Educação na Antiguidade – 68;
- História da Educação e da Pedagogia 34 h;
- Linguagens Identidades e Form. de Professores 34 h;
- Metodologia da Pesquisa em Educação 34 h;
- Políticas Púb. e Gestão Educ.: Ident. do Pedagogo nos Processos Escolares e Não Escolares – 68 h;
- Psic. da Ed.: Aspec. Neuropsicológicos e Afetivos – 68 h;
- Didática: Trabalho Docente e Saberes Escolares – 34 h;
- Filosofia da Educação Medieval – 68 h;
- Form. Docente: Prática de Ens. de Arte na Escola – 68 h;
- Introdução à Libras – Língua Brasileira de Sinais – 68 h;
- Literatura Infantil na Escola – 34 h;
- Psic. da Educação: Abordagens Humanista e Epistemologia Genética – 68 h;

Segundo ano:

- Estágio Curricular Supervis. de Educ. Infantil – 34 h;
- Filosofia da Educação na Modernidade 68 h;
- Form. e Ação Doc.: Prát. de Ens. em Educação e Informação – 34 h;
- Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil – 34 h;
- História da Educação do Brasil: Colônia - 34 h;
- Iniciação à Ciência e à Pesquisa – 68 h;
- Planejamento, Gestão Educacional e Atuação do Pedagogo como Gestor na Educação Básica-68 h;
- Teorias Pedagógicas e Didática – 34 h;
- Introdução à Educação e à Comunicação – 68 h;
- Psic. da Ed.: Temáticas da Vida Contemporânea – 34 h;
- Políticas, Gestão e Diversidade – 34 h;
- Práticas de Gestão: Org. dos Trab. Pedagógicos – 34 h;

- Estágio Curricular Supervisionado de Gestão I – 34 h;
- Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social – 68 h;
- Estágio Curricular Supervis. de Educ. Infantil II - 34 h;
- Filosofia da Educação Contemporânea – 68 h;
- Form. e Ação Doc.: Prát. de Ens. em Educ. Inf. II – 34 h;
- História da Educação do Brasil: Império - 34 h;
- História da Infância no Brasil – 34 h;
- Psicologia da Educação: Abordagens Comportamental e Histórico-Cultural – 68 h;

Terceiro ano

- Alfabetização, Letramento e Escolarização – 68 h;
- Educação, Mídia e Arte - 68 h;
- Estágio Curricular Supervisionado de Ens. Fund. I – 68 h;
- Form. e Ação Doc.: P. E. das Ser. Inic. do E. Fund. I – 68 h;
- História da Educação do Brasil República 68 h;
- História da Educação Pública 34 h;
- Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação -34 h;
- Organização da Gestão Escolar – 34 h;
- Políticas Pub. e Gestão da Educação Brasileira - 34 h;
- Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana – 34 h;
- Educação e Trabalho 34 h;
- Estágio Curricular Supervis. de Ens. Fund. II – 68 h;
- Formação e Ação Docente: Prática de Ensino das Séries Iniciais do Ensino Fundamental II – 68 h;
- Met. de Plan. de Projetos de Pesq. em Educação – 34 h;
- Met. Ens. de Ciências: 1ª a 4ª Séries do E. Fund. I – 34 h;
- Met. do Ens. de Lg. Port.: 1ª a 4ª Ser. do E. Fund. – 68 h;
- Met. do Ens. de Mat. - 1ª a 4ª Séries do E. Fund. I 68 h;
- Problemas de Aprendizagem – 68 h;

Quarto ano:

- Trabalho de Conclusão de Curso – 138 h;

- Met. do Ens. de Ciênc. 1ª a 4ª Sér. do E. Fund. II – 34;
- Met. do Ens. de Mat. - 1ª a 4ª Ser. do E. Fund. II – 68 h;
- Met. e Pr. do Ens. de Hist. nas Sér. Inic. do E. Fund. – 34 h;
- Planejamento da Prática Docente – 34 h;
- Políticas Púb. e Ges. Educ.: Doc. e Div. Cultural 68 h;
- Práticas de Gestão: Planej. e Avaliação Escolar – 34 h;
- Sociologia da Educação: Pensamento Clássico – 68 h;
- Educação e Informática – 68 h;
- Educação e Novas Tecnologias – 68 h;
- Estágio Curric. Sup. de Ens. Médio - Mod. Normal – 68 h;
- Estágio Curricular Supervisionado de Gestão II – 68 h;
- Concep., Paradig. e Lim. das Teorias Curriculares – 34 h;
- Formação e Ação Docente: Prát. de Ens. de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental – 34 h;
- Form. e Ação Doc.: Pr. de E. Médio - Mod. Normal- 68 h;
- História do Pensamento Educacional – 34 h;
- Metodologia para o Ensino de Geografia – 68 h;
- Necessidades Educacionais Especiais – 34 h;
- Projeto Político-Pedagógico da Escola – 34 h;
- Sociologia da Educação e Transformação Social – 34 h.
- **Atividades Acadêmicas Complementares: 200**
- **Total de carga Horário do Curso: 3.840**